

Hannah Arendt (1906-1975)

Adriano Correia*

Initium ut esset homo creatus est (para que houvesse um início o homem foi criado). Esta frase de Agostinho de Hipona é seguramente a citação mais recorrente em toda a obra de Hannah Arendt, mesmo que ainda não apareça na sua tese de doutorado sobre O conceito de amor em Agostinho, concluída quando ela tinha vinte e três anos de idade. Aquele início ao qual a frase alude, garantido por cada novo nascimento, foi mencionado na segunda edição de *As origens do totalitarismo* como uma réplica à sua própria conclusão pessimista da primeira edição, que apontava para a possibilidade de que o totalitarismo não encontrasse qualquer obstáculo na sociedade moderna de massas; e foi utilizado em *A condição humana* para a compreensão do conceito de ação como instauração de um novo começo, de um início absoluto como um milagre.

No final de 2005, completaram trinta anos da morte de Hannah Arendt e em outubro de 2006 comemora-se o centenário de seu nascimento. Ela mesma dizia, em sua obra *A condição humana*, que a despeito de a mortalidade ser a experiência fundamental ao pensamento metafísico, ao pensamento político, que a interessava antes de tudo, é fundamental um outro evento: a natalidade, ou seja, o fato de que com cada novo nascimento a promessa de instauração do novo no mundo reforça a confiança de que a política sempre poderá ser livrada dos pretensos absolutos, sempre prontos a declarar o fim da história. Não é, portanto, algo excêntrico o fato de que ela tenha deixado em sua máquina datilográfica no dia de sua morte duas epígrafes, sendo uma delas a frase de Catão: “A causa vitoriosa agradou aos deuses, mas a derrotada agrada a Catão”. Um romano em defesa da derrotada causa republicana, Catão diz preferi-la à vitória do império de César – assim se traduz em seu fundamento mais básico o pensamento de Hannah Arendt, que nisto se irmana a Walter Benjamin.

O pessimismo de Arendt em *As origens do totalitarismo*, retomado em parte por *A condição humana* mais tarde, estava fundado na constatação de que o privatismo típico do homem moderno, a sua ocupação exclusivamente com seus próprios assuntos privados – com infeliz repercussão ainda em nossos tempos –, apenas reforça o temor de que não haja resistência aos vários ataques que são desferidos contra o domínio público, seja por movimentos totalitários, seja por interesses privados ou corporativos. Tal privatismo promove fundamentalmente uma apolitia que se associa à incapacidade de conceber qualquer sentido de público que não equivalha à soma total dos interesses privados. Mais do que isto, o indivíduo privatista é o mesmo que pensa ser justificada a existência do espaço público apenas na medida em que satisfaz os interesses dos indivíduos privados; o mesmo que tolera, admite e recomenda pequenas ou grandes corrupções privadas e cinicamente espera que os seus representantes se constituam em modelos de probidade; o mesmo, não obstante, que sempre confunde princípios políticos com metas econômicas e está disposto a abrir mão de todo verniz de moralidade e pudor quando um representante corrupto se mostra um bom administrador; o mesmo que exige probidade pública e desrespeita as regras mínimas da convivência em nome da satisfação dos seus interesses (através de pequenas trapaças, jeitinhos, roubadinhas, etc.).

Hannah Arendt compreendia o político antes de tudo como resultado do amor ao mundo. Estava certa de que os males humanos não deixarão de nos fazer companhia e, ao mesmo tempo, de que a única maneira de fazer com que a corrupção não seja amplamente danosa e uma ferida sempre aberta é o fortalecimento das instituições públicas, o envolvimento dos cidadãos na vida política e o desenvolvimento de virtudes associadas à cidadania, como a probidade e a participação.

Hannah Arendt foi uma pensadora alemã de origem judaica radicada nos Estados Unidos, amplamente reconhecida como uma pensadora dentre os mais originais e influentes (e polêmicos) pensadores políticos do século XX. Nasceu em 1906 em Hannover e passou sua infância e parte da juventude em Königsberg, a mesma cidade de Immanuel Kant. Nos anos vinte estudou teologia cristã e os clássicos como aluna especial na Universidade de Berlim. Em 1924 ingressou na Universidade de Marburg, onde estudou filosofia com Martin Heidegger. Em 1926 foi para Heidelberg, onde estudou com o filósofo Karl Jaspers, junto a quem defendeu a sua tese de doutorado, *O conceito de amor em Agostinho*, publicada em 1929. No final desta década, ela se envolveu com a política judaica através do movimento sionista e no começo da década seguinte, em 1933, com a ascensão do nazismo e o incêndio do Parlamento Alemão em Berlim, cidade onde ela residia desde 1930 com seu primeiro marido, foi perseguida e presa por suas atividades, tendo então fugido para Paris com sua mãe. Durante o restante da década trabalhou em organizações judaicas cuja principal função era ajudar a preparar jovens judeus na imigração para a Palestina. Neste período tornou-se amiga de Walter Benjamin e Raymond Aron. Em 1940, com a guerra

entre a Alemanha e a França, ela, sua mãe e Heinrich Blücher, seu segundo marido, foram detidos por algum tempo em campos de internamento. Em 1941 fugiram, via Lisboa, para os Estados Unidos, onde passaram o resto de suas vidas.

Nos Estados Unidos, Arendt continuou envolvida, inicialmente, nas questões judaicas. Em 1951 publicou *As origens do totalitarismo*, livro que em muito pouco tempo a retirou do anonimato e a tornou um dos nomes mais lembrados no pensamento político do século passado. Como doravante não deixaria de acontecer com algumas de suas outras obras, despertou ao mesmo tempo entusiasmo e furor, tanto por seu método heterodoxo de análise histórica quanto por sua insistência em igualar nazismo e stalinismo na categoria de regimes totalitários. Neste mesmo ano, obteve a cidadania americana, o que encerrou um período de dezoito anos como apátrida. Ainda na década de 1950 publicou vários textos importantes, como *"Ideologia e terror"* (1953), incluído na segunda edição ampliada de *As origens do totalitarismo*, e outros ensaios que viriam a compor *Entre o passado e o futuro* (1961). Além disto publicou os livros *A condição humana* (1958), fundamental à compreensão de toda sua obra e particularmente de sua crítica à modernidade, e *Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do romantismo*, escrito na década de 30, parcialmente revisado por ela para a publicação em inglês.

No início da década de 60 publicou *Sobre a revolução*, um estudo do fenômeno revolucionário a partir principalmente das experiências francesa e americana, e *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Este último, resultado do acompanhamento do julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann, o oficial responsável pelo transporte dos judeus para os campos de concentração, permaneceu sob o signo da polêmica. Ela passou por vários constrangimentos públicos e a recepção em geral foi tão negativa e amplamente hostil, de todos os lados, mas principalmente entre os judeus, que se tardou a levar a sério a profundidade do conceito de "banalidade do mal" que aparece no livro, uma novidade em relação ao conceito kantiano de "mal radical" que ela havia utilizado em *As origens do totalitarismo* para se referir aos crimes perpetrados pelos nazistas como um mal absoluto. Kant, quando falava de mal radical, pensava em uma inata propensão do homem a tomar como motivo de sua ação os seus desejos e não a lei moral. Para Hannah Arendt, radical assume o sentido não de algo enraizado, mas extremo. E o mal extremo corporificado no totalitarismo, notadamente nazista, se traduzia no propósito de tornar todos os homens supérfluos e, portanto, descartáveis. O conceito de banalidade do mal – que em nossos tempos tem sido ironicamente banalizado – dizia respeito a um mal desinteressado, por assim dizer, realizado por indivíduos que assumiam a obediência como o epitome da virtude.

No livro sobre A. Eichmann, o mal aparece na figura de um homem de parca inteligência, com uma personalidade cujos traços fundamentais eram a incapacidade de pensar para além dos clichês e a pré-disposição à obediência a qualquer voz imperativa. O que estava em questão no livro e na polêmica subsequente era não apenas o mal infinito que pode ser levado a cabo por aqueles que são incapazes de julgar e que não têm um objetivo definido e realizável, mas também a própria recusa de todos a conceder a quem quer que fosse a prerrogativa de julgar.

Ainda na década de 60, Arendt publica textos importantes como *"Reflexões sobre a violência"* (1969) e *Homens em tempos sombrios* (1968), este último com ensaios sobre várias personalidades do século XX, como Walter Benjamin, Rosa Luxemburg, Karl Jaspers e João XXIII. Na década de 70 dá continuidade ao exame do que já a ocupava no final de *A condição humana* – a vida do espírito (do pensar, do querer e do julgar). Ela morreu em 1975 e deixou sem concluir o terceiro volume, sobre o julgar, de sua obra *A vida do espírito*. Sobre o julgar temos a edição póstuma (1982) do curso que ela ministrou sobre Kant na *New School for Social Research* em 1970. A questão mais geral que ela se coloca em *A vida do espírito* é a de se o pensamento pode evitar o mal, ou, formulado de outro modo, se o pensamento pode ter ainda alguma relevância para a política, considerando-se a impotência prática do saber técnico-científico e a falência da metafísica e da tradição do nosso pensamento político.

Em sua vida e em sua obra Hannah Arendt viveu o sombrio século XX. Ao mesmo tempo, traduziu o esforço do pensamento para alcançar a compreensão da nossa época, em seus movimentos mais extremos e em suas bases mais profundas. Ela sempre dizia que buscava antes de tudo compreender. E a compreensão, em suas palavras, é "uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo"¹.

* Doutor em filosofia pela Unicamp. Organizador de *Transpondo o abismo: filosofia e política em Hannah Arendt* (Forense Universitária, 2002), organizou recentemente o livro *Hannah Arendt e A condição humana* (Quarteto/Mestrado em Filosofia da Ufba, 2006).

1 - ARENDT, Hannah, "Compreensão e Política", in: A dignidade da política (org. Antonio Abranches). Trad. Helena Martins e outros. 2a ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, p. 39.